



Valor Econômico – 30 Out 2003

## Setor aposta em intervenção da Fazenda

Cláudia Schüffner e Christiane Martinez, do Rio e São Paulo

Às vésperas da apresentação ao Congresso da proposta do PT para o novo modelo do setor elétrico, os investidores privados continuam apreensivos quanto às mudanças no marco regulatório, enquanto para os consumidores ainda não está claro como será definido o preço da energia. Entre os agentes, não há consenso a respeito das novas mudanças sugeridas pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e pelo secretário-executivo do ministério, Maurício Tolmasquim, na semana passada, como a que prevê a venda de energia "velha" (de usinas já amortizadas) em leilão. Agora, ao que parece, os agentes estão apostando todas as fichas nas avaliações do Ministério da Fazenda sobre o modelo. "Em cada evento, o governo sinaliza por um caminho. Todo mundo está ansioso para saber o que vão divulgar", disse uma fonte do setor.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, diz que o momento atual é de apreensão. Ele lembra que há pouco mais de um mês o setor privado apresentou uma série de análises e sugestões sobre o modelo que estão sendo estudadas pelo Ministério de Minas e Energia, mas desde então ninguém foi chamado para discutir as propostas.

"Sabemos que o ministério está considerando vários aspectos do que foi apresentado, mas não temos clareza quanto aos próximos passos e nem sobre o caminho que será seguido. As coisas ainda não estão claras e em relação ao desenho original, tem várias mudanças pontuais. Mas não conseguimos ter uma idéia do todo e alguns pontos continuam assustando. Daí a nossa grande apreensão", disse Sales.

Outras fontes disseram ao Valor que a área econômica do governo tem sinalizado aos agentes que o modelo passará, obrigatoriamente, pela crivo do Conselho Nacional de Política Energética, presidido pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, antes de ir ao Congresso, onde deverá sofrer alterações. "O governo reconhece que não tem recursos e precisa fazer algo que agrade a iniciativa privada", disse uma fonte.

Mas não são apenas os investidores em energia elétrica que transformaram a Fazenda e o Ministério do Planejamento em uma espécie de "guarda-chuva" do setor privado. As petroleiras Shell, BG e El Paso já manifestaram para a área econômica preocupações sobre as portarias de acesso aos gasodutos de transporte colocadas em consulta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na semana passada, a secretária de Petróleo e Gás do MME, Maria das Graças Foster, respondeu a uma preocupação do presidente da BG, Luiz Costamilan, em palestra na Câmara Britânica dizendo: "Sabemos que o tema foi levado para a Fazenda, que vai nos orientar no rumo certo".

O novo marco regulatório do setor elétrico prevê que a energia será comercializada em um "pool", o que permitirá uma tarifa média. O setor privado e técnicos da Fazenda criticam o fato de o pool reduzir a competitividade dos investimentos. Seus defensores, como a ministra Dilma Rousseff, afirmam que ele aumenta a segurança dos investidores no longo prazo. Desde o início das discussões, Dilma vem dizendo que a mudança de modelo "não é mero capricho". E lembra que o país teve blecautes em 1999 e 2001 e um racionamento entre 2001 e 2002, responsável pela crise das empresas elétricas, e que no país existem 12 milhões de brasileiros sem acesso a luz. "Isso mostra que o modelo anterior não deu certo", repete Dilma.

Na avaliação de um executivo, as mudanças recentes aproximaram o novo modelo do que está em vigor. "Aquilo que era o novo modelo vai resultar, a meu ver, em uma melhoria no processo de contratação", disse. Luis Pinguelli Rosa, presidente da Eletrobrás, critica o modelo vigente, que ele chama de "lixo neoliberal" que resultou em excedentes de energia que não encontram mercado, ao mesmo tempo em que algumas distribuidoras estão desfazendo contratos mais baratos para comprar energia própria, dentro da regra de "self dealing". Em Furnas, a sobra de energia em função da descontração e da redução do mercado está em 3.600 megawatts médios, o equivalente à metade da sua capacidade de geração. Segundo a Eletrobrás, Furnas perderá R\$ 2 bilhões em receita em 2004, devido à falta de compradores para 50% da sua energia.